

Famílias em áreas de risco: uma análise de indicadores sociais na comunidade Boa Vista, Fortaleza, Ceará

Paulo H. G. O. Sousa¹
Antônio A. C. Neves²
Carlos A. Silva³

Resumo

Este artigo visa aplicar o Índice de Desenvolvimento Familiar como instrumento para avaliar as condições básicas para o desenvolvimento das famílias residentes em áreas de risco apontando suas potencialidades e limitações, além de fornecer subsídios para tomada de ações de planejamento e gestão. A área de estudo é a Comunidade Boa Vista localizada às margens do Rio Cocó em Fortaleza (CE). O método consiste na aplicação do Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) para avaliar as condições e qualidade de vida das famílias ribeirinhas. A adaptação do índice para este trabalho é composta por 5 dimensões subdivididas em 13 componentes e 25 indicadores. Os resultados mostraram que o índice para a comunidade foi de 0,63. Os menores valores foram observados no acesso ao trabalho e ao conhecimento, cerca de 0,37, e os demais subíndices apresentaram-se em torno de 0,75. Verificou-se que o acesso ao conhecimento e ao trabalho são as maiores limitações para o desenvolvimento familiar. A disponibilidade de recursos é incrementada pela renda advinda de programas sociais, o desenvolvimento infantil apresentou subíndices elevados com baixa evasão escolar e nenhum caso de analfabetismo. As condições habitacionais são precárias nas áreas próximas ao Rio Cocó. Recomendam-se ações para recuperação da Área de Preservação e promoção de cursos de aperfeiçoamento e capacitação profissional para as famílias.

Palavras-Chave: Habitação, Desenvolvimento Familiar, Comunidade Boa Vista.

Abstract

FAMILIES IN RISK AREAS: A SOCIAL INDICATOR ANALYSIS AT BOA VISTA COMMUNITY, FORTALEZA, CEARÁ. This article aims to apply the Familiar Development Index as a tool to assess basic conditions for the development of families installed in risk areas, pointing their potentialities and limitations. Another aim is to provide subsidies for the mechanisms of planning and management. The study site is the Boa Vista Community, located next to the Cocó River in Fortaleza (CE). The methods consist of the application of the Familiar Development Index (FDI) to evaluate living conditions and quality of the families. The index adaptation for this work is composed for 5 dimensions subdivided in 13 components and 25 indicators. Results have shown an index of 0.63 for Boa Vista. The lowest values were seen on access to knowledge and work, about 0.37; while the other sub-indexes were about 0.75 points. The study revealed that the poor access to knowledge and work are the greatest limitations for family development. The resources availability is increased by the extra income supplied by social programs; the infant development presented high sub-indexes with low scholastic evasion and no cases of illiteracy. Residential conditions are precarious in the areas next to the river. Actions for the recovery of the Permanent Preservation Area and promotion of professional qualification and training courses for the families are indicated to improve their living quality and development conditions.

Key-words: Family Development, Boa Vista Community.

Introdução

Os elevados índices de pobreza refletidos no aumento das desigualdades sociais são motivos de preocupação e mobilização de governos e sociedades civis em vários países do mundo. Entretanto, há uma dificuldade em agrupar e representar indicadores que contemplem de forma holística e sistemática as dimensões da pobreza. Nesse sentido, discussões acerca dessa temática têm apresentado

evolução de caráter metodológico e qualitativo na síntese dessa aferição.

A adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (UNDP, 1990) nos anos 90 em contestação ao PIB *per capita*, abriu caminhos e nutriu possibilidades de progresso ao traçar e concretizar ações efetivas focadas na diminuição da pobreza e conseqüente melhoria de vida

1 Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG. Av. Paranjana, 1700 Campus do Itaperi, 60.740-000 Fortaleza CE, Brasil. sousaph@gmail.com

2 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra Estrutura – SEINF, Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social – PREURBIS. Av. Antonio Sales, 1885, 60.135-101 Fortaleza CE, Brasil. augusto_cneves@yahoo.com.br

3 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra Estrutura – SEINF, Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social – PREURBIS. Av. Antonio Sales, 1885, 60.135-101 Fortaleza CE, Brasil. caransil@gmail.com

da população menos favorecida. É válido salientar que o sucesso desse índice é baseado na adoção de outras duas dimensões, longevidade e educação, além da dimensão econômica, para mensurar o desenvolvimento humano. Atualmente, o IDH é concebido como referência mundial e é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Contudo, cabe destacar que qualquer representação estatística da realidade social incorre em um reducionismo, sendo necessário aprofundamento nas pesquisas sociais para conhecimento integral do contexto socioeconômico do universo analisado.

Apesar da larga utilização do IDH, o índice apresenta deficiências (Santos, 2007), contextualizadas por Barros et al. (2003). O autor transpõe essas limitações por meio da adição e construção de indicadores análogos ao IDH. Dentre os quais está o Índice de Desenvolvimento da Família – IDF (Barros et al., 2003). Esse índice apresenta como principal característica a aplicabilidade em escala pontual, ou seja, por família e a facilidade de agregação por grupos populacionais que se queira trabalhar (Rocha et al. 2007). Além disso, a vantagem em imbricar números variados de dimensões e indicadores faz da base teórico-metodológica desse índice um instrumento de grande valia para a mensuração e avaliação do desenvolvimento de famílias atendidas por programas sociais, bem como diagnosticar problemas urbanos através de análise comparativa, demonstrando as mudanças na qualidade de vida dessas pessoas.

O presente artigo contempla um dos objetivos do Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social (PREURBIS) da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que visa promover a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda residente em áreas de risco ambiental e social, situadas às margens do Rio Cocó, Rio Maranguapinho e Vertente Marítima Oeste, mediante investimentos em infra-estrutura urbana, melhoria habitacional e serviços sociais. Com vistas a avaliar o desenvolvimento das famílias atendidas pelo programa, o IDF foi adaptado e aplicado à Comunidade Boa Vista. Uma das etapas do projeto consiste na retirada das famílias instaladas nas áreas de risco físico e reassentá-las em local adequado. Para tanto se faz necessário conhecer e mensurar a situação atual das condições básicas para o desenvolvimento dessas famílias, em especial aquelas de baixa-renda. O presente artigo visa utilizar o Índice de Desenvolvimento Familiar como ferramenta para avaliar as condições básicas para o desenvolvimento das famílias residentes em áreas de risco físico e social apontando suas

potencialidades e limitações, além de fornecer subsídios para tomada de ações de planejamento e gestão.

Área de Estudo

As famílias estudadas estão localizadas na comunidade Boa Vista que está inserida no Bairro Dias Macedo, sua área é de 10,15 ha e representa 5,78% desse bairro (figura 1). Faz limite a leste com o Bairro Cajazeiras, a oeste com o Bairro Castelão e a sul com o Bairro Mata Galinha.

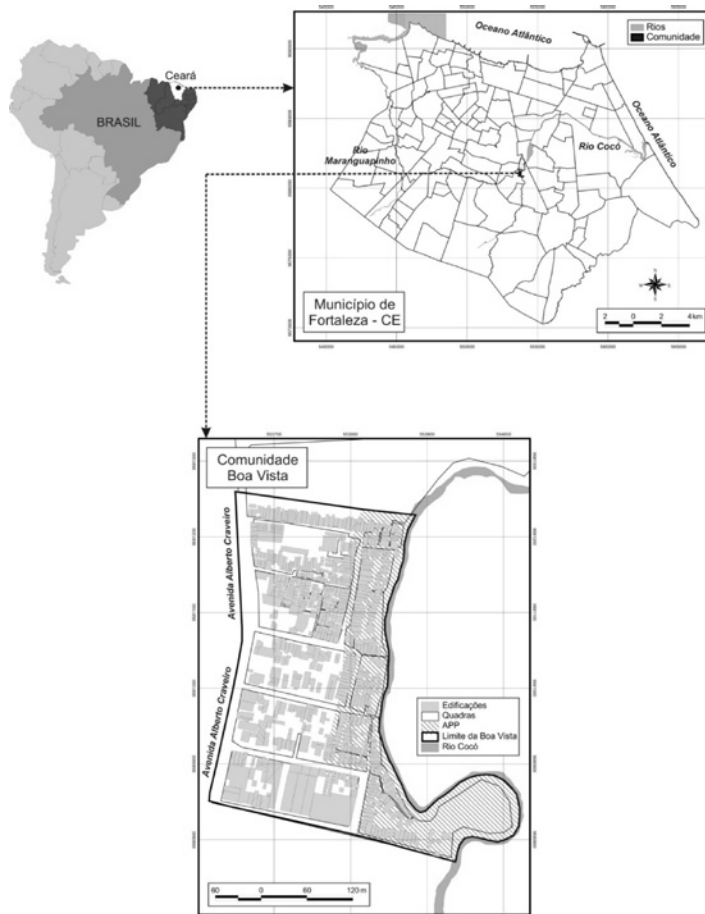


Figura 1: Mapa de localização da Comunidade Boa Vista.

A principal via de acesso é a Avenida Alberto Craveiro. A comunidade apresenta traços de ocupação recente e histórico de uso do solo irregular, sobretudo no processo de ocupação e expansão urbana em áreas instáveis.

O controle e congelamento dos imóveis foram realizados através de cadastro e aplicação de questionários em cada imóvel. Esse universo compreende casas desocupadas, em construção, fechadas, mistas (onde funcionam como residências e comércio); terrenos, ponto comercial, recusas, moradores ausentes, equipamentos sociais, equipamentos religiosos e outros. Para a análise das famílias e aplicação do índice foram consideradas as residências e casas mistas.

Desta forma, o número de imóveis dessa comunidade é 696, com o total de 421 famílias.

De acordo com a Resolução do CONAMA N° 369/2006 (BRASIL, 2006), as Áreas de Preservação Permanente são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. A APP do Rio Cocó representa 36% da área total da comunidade. Segundo a Legislação supracitada, no caso de utilidade pública ou interesse social, essas áreas podem ser utilizadas desde que haja autorização pelos órgãos competentes e o respeito às normas preconizadas pela Resolução do CONAMA N° 369/2006. O Decreto Estadual N° 15.274 de 25 de maio de 1982, estabelece que a APP do Rio Cocó, no trecho estudado, estende-se por 70 m distribuídos acima do leito maior sazonal.

O processo de ocupação das margens do Cocó no bairro dias Macêdo é recente. Se deu em função do aumento da população urbana e consequente expansão, que se deu para leste do município em direção ao Rio Cocó. A intensificação da ocupação nessa área ocorreu em meados do século XX (Soares, 2005). Atualmente, a população de baixa renda é predominante no local.

A população instalada próxima às margens do rio, sobretudo aquela localizada na planície de inundação, sofre nos períodos de chuva com a elevação do nível da água que invade as casas causando prejuízos e representando risco à vida dessas famílias.

Materiais e métodos

A escolha dos indicadores buscou contemplar as relações de parâmetros gerais que possibilitem mensurar o nível atual e as mudanças nas condições básicas para o desenvolvimento das famílias através da avaliação de indicadores socioeconômicos (infra-estruturais, educacionais e econômicos) e habitacionais das famílias da Comunidade Boa Vista.

As informações foram coletadas através de aplicação de questionários *in loco* entre os meses de maio e agosto de 2007, provendo informações para a análise do perfil de cada família das comunidades. O questionário consiste em coletar informações sobre a família (considerando cada indivíduo e a família como um todo) e a habitação (infra-estrutura habitacional e urbana). Essas informações alimentam o banco de dados que é trabalhado pelo *software* Sistema de Controle Habitacional (SCH) versão 2.0. Além da questão de organização, o sistema permite o cruzamento de informações e a criação de filtros de acordo com os atributos que se deseja selecionar

permitindo a criação de um banco de dados completo e ao mesmo tempo conciso e de fácil consulta.

Elaboração do IDF

O IDF é constituído por seis dimensões, entretanto, foram utilizadas apenas cinco: 1) Acesso ao Conhecimento; 2) Acesso ao Trabalho; 3) Disponibilidade de Recursos; 4) Desenvolvimento Infantil; e 5) Condições Habitacionais. É importante frisar que essas condições remetem às necessidades básicas de infra-estrutura, educação e economia para a melhoria do desenvolvimento humano de uma família, o que não representa a condição e qualidade de vida ideais para estas pessoas.

As cinco dimensões subdividem-se em 13 componentes e 25 indicadores. O IDF constitui a síntese desses indicadores em um número que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 as famílias apresentam melhores condições de desenvolvimento e quanto mais próximo de 0 as famílias apresentam piores condições.

Os indicadores consistem na compilação de perguntas com respostas “sim” e “não”. As perguntas foram elaboradas para que cada “sim” seja computado com ponto positivo, elevando a pontuação das famílias e consequentemente indicando uma condição de melhor qualidade de vida. As interações entre as dimensões, componentes e indicadores estão organizadas nos itens a seguir:

Acesso ao Conhecimento

Segundo Gadotti (2000), o desenvolvimento de uma nação está intimamente ligado à educação. Logo, em uma perspectiva local, o acesso ao conhecimento representa um indicador de grande importância para o desenvolvimento de uma família. As variáveis derivadas das informações do BIC para o cálculo desse índice são o Analfabetismo e o Grau de Escolaridade, compostos pelos indicadores enumerados no quadro 1:

Quadro 1: Componentes e indicadores do Acesso ao Conhecimento.

Analfabetismo	C1. Ausência de adulto analfabeto
Escolaridade	C2. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo
	C3. Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo
	C4. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior

Salienta-se que nos itens C2 – C4 utiliza-se uma construção denominada de *indicadores em cascata*, com relação ao peso de cada indicador na ponderação do resultado de cada questão. O que significa que a educação superior recebe um peso três vezes maior do que a

educação fundamental, já que toda pessoa com educação superior apresenta, por implicação, alguém com ensino fundamental e médio completos.

Acesso ao Trabalho

O acesso ao trabalho representa além da oportunidade de uso de sua capacidade produtiva e conhecimento, uma maneira de avaliar as condições de geração de renda de uma família. Através dessa dimensão, busca-se conhecer a disponibilidade de trabalho, a qualidade do posto de trabalho e a remuneração dos membros da família.

Em outras palavras, a renda do trabalho de uma família está sujeita ao acesso de seus membros ao trabalho e à qualidade dos postos que ocupam expressa tanto em termos de produtividade quanto de poder de barganha (Barros et al., 2004). Os indicadores que compõem o Acesso ao Trabalho estão dispostos no quadro 2.

Quadro 2: Os componentes do Acesso ao Trabalho visam retratar as condições econômicas e perspectivas de futuro da população.

Remuneração	T1. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo T2. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos
-------------	--

O efeito cascata é verificado nos itens T1 – T2, onde se há pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos pressupõe-se que haja a presença de pelo menos um ocupado com rendimento maior que um salário mínimo.

Disponibilidade de Recursos

A disponibilidade de recursos representa uma base hedônica e a inserção familiar no mercado por intermédio do acesso a bens e serviços. A participação das famílias nesses mercados é atribuída aos recursos monetários que dessa forma caracterizam um indicador de carência das mesmas (Barros et al., 2003).

A sustentabilidade e o grau de independência não se prendem à origem dos recursos, mas sim à parcela gerada autonomamente ou através de transferências, que neste trabalho concernem à assistência de programas sociais. Os níveis de pobreza foram estabelecidos pelas normas do PREURBIS, onde as famílias que não têm renda e as famílias que recebem até meio salário compõem a linha de pobreza (quadro 3).

Quadro 3: As condições de renda revelam de forma hedônica as urgências para a melhoria na qualidade de vida das famílias.

Pobreza	R1. Renda Familiar superior a zero salário mínimo
	R2. Renda Familiar superior a meio salário mínimo
Capacidade de geração de renda	R3. Não recebe ajuda de Programas Sociais

Desenvolvimento Infantil

As oportunidades para o desenvolvimento pleno de uma criança é uma meta de qualquer sociedade. No entanto, são diversas as razões que conduzem à evasão escolar e ao analfabetismo, dentre elas, a mais comum é a necessidade do trabalho precoce visando incrementar a renda familiar. Nesse contexto foram levantadas questões sobre acesso à escola e progresso escolar para definir um cenário de melhores condições de desenvolvimento de crianças e adolescentes (quadro 4).

Quadro 4: Indicadores para avaliação das oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Acesso a escola	D1. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola
	D2. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola
Progresso escolar	D3. Ausência de crianças e/ou adolescentes de 10 a 14 anos analfabetos
	D4. Ausência de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetos

Os pesos são distribuídos entre D1 – D2 conferindo maior peso ao universo de indivíduos com faixa etária entre 7 – 14 anos.

Condições Habitacionais

A condição habitacional é um elemento de grande relevância no que tange à qualidade de vida de uma família. Segundo Kran e Ferreira (2003), a exclusão social se manifesta de modo concreto a partir de condições precárias de habitação, saúde e de outros indicadores não monetários de qualidade de vida.

As condições de saúde refletem-se, em grande parte, nas condições de habitação. De forma a considerar os principais referências das condições habitacionais e de infraestrutura urbana no entorno dessas habitações, foram selecionados os seguintes indicadores dispostos no quadro 5:

Quadro 5: Indicadores para avaliação das condições de habitação e infra-estrutura.

Propriedade	H1. Domicílio próprio
	H2. Domicílio próprio ou cedido
	H3. Ausência de domicílio alugado ou invadido
Abrigabilidade	H4. Material de construção permanente
Condições de infra-estrutura hidro-sanitárias das habitações	H5. Presença de pavimentação
	H6. Acesso ao sistema de abastecimento de água
	H7. Presença de banheiro na habitação
	H8. Sistema de esgotamento sanitário
	H9. Lixo é coletado
Acesso a energia elétrica	H10. Acesso à energia elétrica
Vulnerabilidade e fragilidade habitacionais	H11. Ausência de estruturas e materiais frágeis ou inflamáveis
Insalubridade das habitações	H12. Ausência de situação de risco

O efeito cascata observado nos itens H1 – H2 confere maior peso ao domicílio próprio.

Cálculo do Índice

Para o agrupamento dos indicadores em um número geral foi utilizada a metodologia sugerida por Barros et al (2003) para o IDF. Nesse viés, foram utilizados os indicadores coletados através da pesquisa de campo. O agrupamento das respostas das famílias é realizado com base naquele sugerido pelo UNDP (2002), através do percentual de resposta positiva de cada família.

A obtenção de um índice sintético (S) sugerida em UNDP apud Barros (2003) é possível através da análise de diversos indicadores básicos, onde $\{B_i : i = 1, \dots, m\}$, através de:

$$S = \sum_i w_i \left\{ \frac{B_i - l_i}{L_i - l_i} \right\} \quad \text{Eq.1}$$

Onde L_i e l_i representam o limite superior e inferior para o indicador i e w_i o peso dado a esse indicador.

A simetria dos pesos das dimensões e dos componentes é um método adequado para compatibilizar os interesses sociais com a seleção dos indicadores sintéticos. Portanto, o mesmo peso foi atribuído a todos os indicadores de cada componente de uma dimensão, a cada componente de uma dimensão e a cada uma das cinco dimensões; para garantir a simetria das dimensões e componentes do IDF.

Considerando os valores dos limites de l_i e L_i , variando entre 0 e 1 respectivamente, define-se o indicador sintético por:

$$S = \left(\frac{1}{5}\right) \cdot \sum_k \left(\frac{1}{m_k}\right) \cdot \sum_j \left(\frac{1}{n_{jk}}\right) \cdot \sum_i B_{ijk} \quad \text{Eq.2}$$

Desta, B_{ijk} é o i -ésimo indicador do j -ésimo componente da k -ésima dimensão; m_k é o número de componentes da k -ésima dimensão; e n_{jk} é o número de indicadores do j -ésimo da k -ésima dimensão. Desta forma, tem-se que:

$$S = \sum_k \sum_j \left(\frac{1}{5m_k \cdot n_{jk}}\right) \cdot \sum_i B_{ijk} \quad \text{Eq.3}$$

Logo:

$$w_{ijk} = \frac{1}{5m_k \cdot n_{jk}} \quad \text{Eq.4}$$

A equação mostra que indicadores básicos de componentes diferentes, muitas vezes, apresentam pesos diferentes, em razão dos diferentes números de indicadores por componentes e o número de componente por dimensão são heterogêneos. Em outras palavras o peso de um indicador depende do componente e da dimensão a qual ele pertence.

Logo, o cálculo dos indicadores de cada componente de cada dimensão (S_{jk}), e para cada dimensão (S_k), pode ser feito através da equação 5 e 6, respectivamente:

$$S_{jk} = \left(\frac{1}{n_{jk}}\right) \cdot \sum_i B_{ijk} \quad \text{Eq.5}$$

e:

$$S_k = \left(\frac{1}{m_k}\right) \cdot \sum_j S_{jk} = \left(\frac{1}{m_k}\right) \cdot \sum_j \left(\frac{1}{n_{jk}}\right) \cdot \sum_i B_{ijk} \quad \text{Eq.6}$$

Desta forma, admitimos que:

Seguindo o mesmo método apresentado por Barros et al. (2003) para o cálculo do IDF, o indicador sintético de cada componente (S_{jk}), é a média aritmética dos indicadores que integram esse componente. O mesmo ocorre para o indicador sintético de cada dimensão (S_k), que é representado pela média aritmética dos indicadores dos componentes de uma dimensão e o indicador sintético global (S) é a média aritmética dos indicadores sintéticos das cinco dimensões analisadas.

Resultados e discussões

A compilação dos dados coletados mostrou que a Comunidade Boa Vista apresenta peculiaridades que denotam, sobretudo, a má distribuição de renda entre as famílias analisadas. A discrepância no grau de escolaridade, trabalho, renda, desenvolvimento infantil e nas condições habitacionais refletem a baixa qualidade de vida dessas famílias e as limitações de suas condições

de desenvolvimento. Os casos mais preocupantes são daquelas localizadas nas proximidades da margem do Rio Cocó.

É importante ressaltar que os dados analisados correspondem às famílias com morador presente e que responderam às perguntas, os demais imóveis não foram considerados.

Aplicação do índice na comunidade boa vista

Os resultados obtidos com a análise dos indicadores na Comunidade Boa Vista mostraram que a disponibilidade de recursos, o desenvolvimento infantil e as condições habitacionais apresentaram índices razoavelmente elevados, enquanto que o acesso ao conhecimento e o acesso ao trabalho aduziram os menores valores (figura 2). O IDF para a Boa Vista foi 0,63.

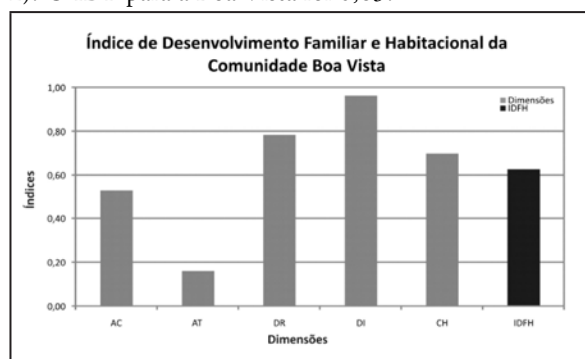


Figura 2: Síntese por componentes⁴ e IDF da Comunidade Boa Vista.

O acesso ao conhecimento apresentou subíndice de 0,53. O universo de pessoas com faixa etária acima de 18 anos foi de 875 indivíduos. O percentual de adultos analfabetos na Comunidade é de 9,42% e de com ensino superior é de apenas 1,76%. O grau de escolaridade é mais baixo na parcela da população com idade mais elevada. Verificou-se ainda que o nível escolar predominante entre os adultos analisados é o Ensino Fundamental I e II em seguida o Ensino Médio. O grau de escolaridade está intimamente ligado a qualificação profissional dos adultos analisados.

O acesso ao trabalho relaciona a condição de trabalho hodierna e o valor do salário⁵ dos indivíduos empregados. Os subíndices verificados na Comunidade para os ocupados com rendimento superior a um salário mínimo (T1) e a dois salários mínimos (T2) foi de 0,28 e 0,04 respectivamente. A baixa renda desses trabalhadores

resultou no baixo índice de 0,16 para seu rendimento. Esses dados em percentual indicam que na Comunidade Boa Vista, dentre as pessoas ocupadas, pelo menos 71,77% recebem até um salário e dentre o total, apenas 4,20% recebem mais de dois salários mínimos. Há, no entanto, reduzida perspectiva de melhoria na carreira em função da pouca disponibilidade de tempo e recursos para a realização de cursos de qualificação profissional.

A disponibilidade de recursos sintetiza a situação de pobreza e a necessidade de receber ajudas de programas sociais. O percentual de famílias com renda superior a zero salário na Boa Vista é de 97,15%, e o percentual daquelas que recebem acima de meio salário é de 84,80%. As famílias que não recebem ajudas de programas sociais presentes na comunidade representa 53,68%. Praticamente metade das famílias recebe algum tipo de ajuda de programas sociais, dentre os quais, destaca-se o Programa Bolsa Família do Governo Federal. O subíndice para esta dimensão foi 0,79. Observa-se que a renda familiar de grande parte da família corresponde aos recursos advindos de programas sociais. Deste modo, faz-se necessário um estudo de médio a longo prazo e mais aprofundado, para compreender os resultados desses programas, e um melhor direcionamento para que estes não funcionem como única fonte de renda de famílias carentes, mas sim que estas ajudas se convertam em meios para qualificação profissional, educacional e desenvolvimento infanto-juvenil.

O desenvolvimento infantil é baseado na inter-relação entre o grau de escolaridade e na ausência dessas crianças e adolescentes fora da escola. O total de crianças e adolescentes entre 7 – 14 anos na escola está acima de 95% para a Comunidade Boa Vista. O percentual daquelas entre 7 – 17 anos freqüentando a escola é de 90,40%. Observa-se que os indivíduos com faixa etária entre 15 e 17 anos estão em maior número no panorama da evasão escolar, em geral, essas crianças e adolescentes cessam a rotina escolar por falta de perspectiva, desestímulo ou mesmo pela necessidade de trabalhar para incrementar a renda da família. Todavia também que a educação é tida como prioridade por parte da maioria dos pais e que os investimentos públicos neste setor, apesar de estar muito distante das condições ideais, apresentam resultados positivos. No que tange ao analfabetismo infanto-juvenil, não houve registros de crianças e adolescentes analfabetas com idades entre 10 – 14 anos (D3), nem entre 15 – 17 anos (D4), culminando em um subíndice de 1 ponto para D3 e D4. A síntese da dimensão desenvolvimento infantil foi 0,96. Considerando a relação entre a freqüência escolar e o analfabetismo, percebe-se que apesar dos casos de evasão escolar, não foram constatados casos de analfabetismo.

4 Nesse trabalho as siglas AC, AT, DR, DI e CH significam Acesso ao Conhecimento, Acesso ao trabalho, Disponibilidade de Recursos, Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais, respectivamente.

5 O valor do salário mínimo no período estudado correspondeu a R\$380,00.

A condição de moradia é a primordial para o desenvolvimento de uma família, especialmente quando existem as limitações verificadas quando o imóvel é alugado, pois os elevados gastos com aluguel equivalem a uma considerável parcela da renda da família, ou invadido, que gera uma situação de irregularidade que pode levar a conflitos graves como o uso da força para apropriação ou desapropriação do terreno. O percentual de residências compradas é de 74%, de cedidas é de 7%, de alugadas é de 9% e de invadidas é de 10%. Os imóveis invadidos distribuem-se nas áreas próximas ao rio Cocó e em favelas instaladas na porção centro-oeste da comunidade. A presença de material permanente nas habitações se traduz na questão de durabilidade do material face às intempéries do tempo, do uso e das condições ambientais sob as quais estão sujeitas as moradias, no caso as mais importantes seriam as chuvas e a elevação do nível da água do Rio Cocó. Foram considerados materiais permanentes as casas de alvenaria e pré-moldadas, aquelas com materiais como taipa, papelão, plástico, etc. foram obtidas como materiais não-permanentes. Aproximadamente 93% dos imóveis analisados apresentaram materiais de construção permanentes. A ausência de materiais frágeis ou inflamáveis representa 91% das habitações analisadas, o principal risco para este tipo de acidente acontece por instalações elétricas irregulares, considerando que 80% das habitações analisadas apresentam ligação oficial com a rede elétrica, 20%, o que significa que 84 imóveis não têm acesso à rede oficial de energia elétrica. Outro serviço básico é o acesso ao sistema de abastecimento de água, onde 91% das famílias têm acesso adequado à rede oficial.

O contexto da saúde na comunidade é refletido nas condições hidro-sanitárias e infra-estruturais, assim, a presença de banheiro, esgotamento sanitário, coleta de lixo e pavimentação são variáveis que afetam diretamente as condições de saúde das famílias. A presença de pavimentação atende a 58% das famílias. A ausência de pavimentação remete a dificuldade de acesso de transporte público, ambulâncias, carro de coleta de lixo, dentre outros serviços; além disso, podem ocorrer alagamentos nas ruas, e o acúmulo de lixo nas ruas funciona como foco para proliferação de doenças, sobretudo da dengue e leptospirose. A coleta de lixo contempla 82% das famílias. O estudo mostrou também que 13% das habitações não têm banheiros, a situação é agravada pela inexistência de esgotamento sanitário adequado, isto vem prejudicando a qualidade de vida das famílias residentes. Os riscos de alagamento, inundação, deslizamento, a presença de via férrea ou de linhas de alta tensão correspondem às situações de risco, assim, 83% dos imóveis estão inseridos nessas áreas. O subíndice para as condições habitacionais foi 0,70.

Conclusões

Os métodos aplicados para a avaliação dos indicadores utilizada para este trabalho foram pertinentes ao lidar com as condições para o desenvolvimento das famílias, tendo em vista o número e a escolha dos indicadores estabelecidos. Observou-se que os limites para a melhoria das condições de vida da população é uma mistura de fatores integrados e complexos de ordem fundamentalmente socioeconômica. Entretanto, as melhorias na infra-estrutura se traduzem em melhores condições de saúde dessas famílias.

Observou-se uma íntima inter-relação entre o acesso ao conhecimento e o acesso ao trabalho, de forma que o grau de educação corresponde ao valor do salário dos ocupados da comunidade. Indicam-se ações que visem fornecer cursos educacionais e de qualificação profissional para os trabalhadores, bem como para os desempregados para que o aprendizado de uma profissão favoreça sua entrada para o mercado de trabalho.

A disponibilidade de recursos contrasta com o acesso ao trabalho devido às ajudas de programas sociais que incrementam a renda das famílias e, em muitos casos, correspondem ao total da renda familiar. É válido destacar que a disponibilidade de recursos avaliou à condição de pobreza refletida pelas famílias sem renda e com renda de até meio salário, o que não considerou o número de pessoas por família, significando que há um número maior de famílias carentes do que aquelas observadas neste estudo.

As dimensões do desenvolvimento infantil apresentaram subíndices elevados que podem indicar resultados positivos dos investimentos na educação e da valorização do estudo por parte dos pais e responsáveis. Sabe-se, no entanto, que a educação pública, em especial a qualidade do ensino, precisa melhorar consideravelmente não apenas na comunidade, mas em todo o país.

As condições de infra-estrutura apresentaram-se precárias, sobretudo nas residências próximas às margens do Rio Cocó. Segundo as condições de moradia, a maior parte das residências é própria, as famílias em habitações alugadas e invadidas representam 19% das famílias do Boa Vista, ter uma casa própria ou até mesmo fazer uma reforma com material de construção permanente são realidades distantes com a renda verificada no estudo. A comunidade é área de ocupação recente com de inundações das edificações nos períodos de chuva nas áreas próximas ao rio, estes problemas são intensificados nos locais com ausência de pavimentação. Além dos prejuízos financeiros, os impactos na saúde das famílias inseridas nessas áreas são bastante intensos, não apenas com os problemas respiratórios, mas com doenças transmitidas por vetores que se reproduzem através de

água parada ou urina de roedores. Serviços básicos como a rede de água ou energia elétrica não contemplam a totalidade das famílias da comunidade, em muitos casos pela situação irregular dos imóveis. Propõe-se a tomada de ações com recuperação da Área de Preservação, remoção das famílias da área de riscos iminentes; e a inclusão social através da promoção de cursos de aperfeiçoamento e capacitação profissional para a população residente.

Agradecimentos

À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura de Fortaleza (SEINF), em especial ao Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social (PREURBIS) pela concessão dos dados.

Referências

- BARROS, R. P.; CARVALHO, M. & FRANCO, S. 2003. Índice de desenvolvimento da família (IDF). Texto para discussão Nº 986, Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão, nº. 986, p. 1-19,
- BARROS, R. P.; et al. 2004. Acesso ao Trabalho e Produtividade no Brasil: implicações para crescimento, pobreza e desigualdade. Rio de Janeiro: MTE/IPEA, P1-187. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/acessotrabalho/livrocompleto.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2008.
- BRASIL 2006. Resolução CONAMA nº 369/2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. Brasília: DOU,
- GADOTTI, M. 2000. Perspectivas atuais da educação. São Paulo Perspec., São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 de julho de 2008.
- KRAN, F. & FERREIRA, F.P.M. 2006. Qualidade de vida na cidade de Palmas – TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. Ambiente & Sociedade 9: 123-141.
- ROCHA, L.E. V.; CAETANO, S.M. & MOREIRA, R.B. 2007. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF): uma análise para as regiões urbana e rural do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/ForumBNB2007/docs/indice-de-desenvolvimento.pdf>. Acessado em: 12 de agosto de 2008.
- SANTOS, L.M.N. 2007. Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na Favela do Vidigal no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pós-graduação em Economia. Universidade Federal Fluminense.
- SOARES, J.M.B. 2005. Parque Ecológico do Cocó: a produção do espaço urbano no entorno de áreas de proteção ambiental. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA..
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). 1990. Human Development Report 1990. New York: Oxford University.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). 2002. Human Development Report 2002. New York: Oxford University.